

opinião

opinio@jornaldocomercio.com.br

/ PALAVRA DO LEITOR

Mercosul

Brasil e Argentina têm relações históricas, com destaque para o turismo e o comércio entre os dois países. Na questão política institucional, o fato de o presidente Javier Milei não ir à cúpula do Mercosul só atrapalha à Argentina (coluna Repórter Brasília, **Jornal do Comércio**, edição de 17/07/2024). Que Mercosul, meu caro? Se comprar algo no Uruguai, por exemplo, e trazer para o Brasil, seja na mala, seja via internet, pagamos o custo do câmbio, o custo do frete e, ao chegar aqui, a receita federal soma tudo, multiplica por dois e manda a conta. Se não pagar, perde tudo. *(Vinicius Moraes)*



Minuto Varejo

A pré-venda da marca gaúcha de alfajores Odara garantiu os salários dos funcionários no pós-inundação. Agora, a marca volta ao mercado, sob empolgação da equipe da fábrica localizada na Zona Norte de Porto Alegre. A novidade é que a marca está tendo pedidos de novos varejos (coluna Minuto Varejo, site do JC, 12/07/2024). Que legal! Eu já consumia, mas não tinha me dado conta que era produção local. É ótimo! *(Edneuzza Corrent)*

Dólar

A mediana do relatório Focus para a cotação do dólar no fim de 2024 se manteve em R\$ 5,20 na primeira semana de julho. Um mês antes, a estimativa era de R\$ 5,05. A estimativa intermediária para a moeda norte-americana no fim de 2025 subiu de R\$ 5,19 para R\$ 5,20, contra R\$ 5,09 quatro semanas antes (Site do JC, 08/07/2024). Vão esperando. Quem não entende nada de economia vai pagar o pato com essa interferência política no Banco Central. O povo não tem compreensão de que não somos uma ilha. Não dá pra argumentar com gente sem embasamento técnico. *(Daniel Wiese)*

Pelotas

A comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas em algumas vias públicas de Pelotas, município do Sul do Estado, está proibida entre a meia-noite e às 6h. A determinação se deu a partir de um decreto sancionado pela prefeita, Paula Mascarenhas, a partir da reivindicação de residentes e comerciantes que sofrem com altos ruídos e acúmulo de lixo nos espaços públicos. A verdade é que 98% pagam pelos 2% irresponsáveis. *(José Serrano Agustoni)*

Reconstrução

O governo federal, por meio do Ministério Extraordinário de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, vai ressarcir R\$ 1,3 bilhão em crédito a empresas do Estado. A medida para pessoas jurídicas se soma ao R\$ 1,4 bilhão da restituição do IR, já destinado às pessoas físicas que buscaram auxílio diante da tragédia climática (JC, 11/07/2024). É muito anúncio e na prática nada acontece. *(Izabela Garcia)*

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. Os artigos e cartas publicados com assinatura neste jornal são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

Saneamento em terra de extremos

Samanta Takimi

Os desafios climáticos no Rio Grande do Sul, que variam de enchentes catastróficas no inverno a severas estiagens no verão, exigem da Corsan um olhar estratégico sobre a gestão de recursos hídricos. De acordo com o Instituto Trata Brasil, quase 40% de toda água tratada é perdida antes de chegar às residências dos gaúchos, percentual acima da média nacional. Isso significa que investir em tecnologias de detecção de perdas e soluções sustentáveis, como a utilização de satélites para identificar vazamentos invisíveis na rede de distribuição, é o único novo caminho possível para quem tem, na água, sua matéria-prima.

A adaptação às mudanças climáticas e a busca por um sistema mais sustentável são “velhas-novas” prioridades neste mercado, que, de forma ainda mais urgente, está revisando suas infraestruturas para torná-las mais resilientes. A Corsan, por exemplo, já estuda a substituição de estações de captação e de tratamento às margens de rios por poços profundos, tecnologia mais estável e segura, além de medidas como a ampliação da construção de reservatórios visando não apenas enfrentar desastres naturais, mas também garantir água potável no longo prazo.

Os extremos do clima demandam uma nova relação com o meio ambiente, com medidas efetivas que contribuam para o reequilíbrio do ecossistema de forma mais ampla. Um exemplo é que cerca de 80% da matriz energética da Corsan é

“limpa”, vinda de fontes renováveis, um dado relevante considerando que a energia elétrica é um dos principais insumos do saneamento básico.

Tanto no excesso de chuvas quanto na escassez hídrica, o fato é que a capacidade de resposta da Companhia foi ampliada por resultado da privatização e do poder de ação do controlador – uma empresa do porte da Aegea, com unidades de negócio em 15 estados do País. Esse novo cenário foi crucial para colocar de pé forças-tarefas históricas, de escala inédita no mercado do saneamento, que transformaram crise em retomada. Na enchente de maio, em pouco mais de dez dias a empresa conseguiu restabelecer o abastecimento de água para 906 mil imóveis.

O compromisso legal com a universalização do acesso à água e esgoto, aliado a um plano de investimentos potente, passa pela consciência corporativa de que modernizar o saneamento básico salva não só o próprio serviço, mas também a dignidade das pessoas e as condições de enfrentar todo e qualquer recomeço.

Presidente da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan)

Quase 40% de toda água tratada é perdida antes de chegar às residências dos gaúchos

A queda de braço entre STF e Congresso

Lucas Loeblein

Com a recente formação de maioria no Supremo Tribunal Federal (STF) para não considerar crime o porte de maconha para uso pessoal, em até 40 gramas, o Congresso Nacional reagiu energicamente.

A imprensa, Lira, presidente da Câmara, declarou que criará comissão especial para a chamada “PEC das drogas”, a fim de discutir o projeto que prevê proibição total – incluindo o porte para consumo. Além disso, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, também se manifestou em discordância à decisão do STF. Contudo, a matéria apenas foi objeto de deliberação pela mais alta corte do País por flagrante relaxamento do Congresso Nacional que, até hoje, não pautou tal questão de inegável importância e repercussão.

Com a ampla divulgação do julgamento, sobreveio a inevitável cobrança de segmentos sociais extremamente influentes junto ao Poder Legislativo, cita-se como exemplo, evangélicos e conservadores. Não obstante isso, o fato de ter o Supremo decidido sobre matéria tão relevante deixa o Con-

gresso em “saia justa” já que ele sim deveria ter pautado o assunto. Afinal de contas, a competência para legislar é dele e não do STF. Agora, reage às pressas e em tom até caloroso, a fim de que não acabe restando um mero “espectador” da tomada de decisão pela Suprema Corte. Dito isso, é importante chegarmos ao cerne da questão: a aparentemente interminável queda de braço entre Supremo e Congresso não pode prosseguir, sob pena de causar ainda mais ruídos entre os poderes da República – que deveriam funcionar de forma independente e harmônica.

É possível observar que, nos últimos 8 anos, diversos foram os embates entre os poderes, em especial Legislativo e Judiciário, em decorrência de omissões do primeiro em pautar temas considerados espinhosos e que acabaram por ser debatidos no pleno do Supremo, causando, de forma até incoerente, desconforto na Câmara e Senado – e gerando manifestações afrontosas.

Não podemos nos desassociar do pregado na Constituição Federal. Ressalta-se, novamente: os poderes são independentes e harmônicos entre si. Congresso deve legislar. Independentemente do quão delicado – e até impopular – seja o tema. Judiciário deve julgar – com base nas leis criadas pelo Congresso. E Executivo executa – os projetos de um e as decisões do outro.

Advogado